

25-04-2024

NA AUSÊNCIA DA REFORMA AGRÁRIA A VIOLÊNCIA ESTRUTURA AS RELAÇÕES SOCIOECONÔMICAS NO CAMPO

Lucineia Miranda de Freitas

[Militante do Movimento sem Terra - MST]

É abril. Mês importante na luta pela terra no Brasil. Não por acaso o mês é marcado por um dos tantos massacres que fazem a história do campo brasileiro. 17 de abril, data do massacre de Eldorado dos Carajás, foi legalmente instituído como o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária, conforme a Lei nº 10.469, de 25 de junho de 2002, pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso. Nessa data o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST realiza expressivas ações de lutas que configuram a Jornada Nacional de Luta pela Terra, conhecida como Abril Vermelho, onde denunciam a violência e a impunidade nos crimes cometidos no campo e pautam a necessidade de uma política de reforma agrária, como condição efetiva de pensar a paz no campo. Na sequência do Abril Vermelho, os Povos Indígenas promovem o Acampamento Terra Livre – ATL, onde cobram a implementação da Constituição Federal de 1988, com demarcação de seus territórios e a paralisação dos projetos de Leis que impactam suas vidas e suas lutas, como o Marco Temporal, aprovado no Congresso Nacional no ano de 2023 e se configura em uma legalização do genocídio, com perspectiva do aumento da violência contra os povos. Em abril, também, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) divulga os dados da violência no campo do ano anterior. Os dados preliminares divulgados em outubro de 2023 mostram que no primeiro semestre desse ano a violência aumentou, sendo o 2º ano mais violento da última década. Esse aumento da violência se deu tanto no número de conflitos, quanto no número de pessoas neles envolvidas, causando danos a milhares de pessoas que vão desde o adoecimento à perda da vida. Pensando em 2023, temos de colocar nossa atenção na construção intitulada como “Movimento Invasão Zero”, que, por parte da sociedade, é formada por “fazendeiros”, mas envolve policiais militares, agentes de segurança privada e outras pessoas que têm atuado ao arripio da lei, promovendo expulsão de comunidades, acampamentos e retomadas, independentemente de ordem judicial. A “entidade”, acusada pela morte da Pajé Nega Pataxó, em janeiro de 2024, na Bahia, parece replicar e atualizar a forma de atuação da UDR (União Democrática Ruralista), que nas décadas de 1980 e 1990 provocou diversos assassinatos e massacres no campo brasileiro. Mas, o Movimento Invasão Zero tem repercussão no legislativo Federal como proposta de criação de Frente Parlamentar instituída após a derrota da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) contra o MST, que finalizou em setembro de 2023 sem conseguir apresentar relatório para apreciação. E tem sido replicado nos legislativos estaduais, com foco na elaboração de projetos de leis que criminalizam a luta pela terra no campo e na cidade. A violência é o *modus operandi* do agronegócio produtivo e improdutivo. Ela estrutura as relações sociais, econômicas e ambientais no campo e tem na sua base o racismo, o patriarcado e o colonialismo do modo *plantation* - que combina latifúndio, monocultura, degradação e exportação.

No entanto, atualmente os conflitos têm ganho novos matizes que requerem nossa análise atenta e respostas mais contundentes. Por isso é importante destacar o papel do racismo como um dos alicerces da formação das instituições públicas e privadas brasileiras. Justifica-se, desse modo, o processo histórico de expropriação das terras e o genocídio das populações tradicionais e indígenas, além do ecocídio nos diferentes biomas. O racismo é estrutural no Brasil e conforma os desenhos do racismo ambiental e fundiário. A força de trabalho no campo é negra, mas a propriedade da terra é privada e branca. A violência no território também impacta diretamente os corpos que fazem a resistência nesses territórios. Essa violência não se dá apenas nos enfrentamentos diretos. Ela ocasiona diversos impactos: degradação por conta da exploração mineral; contaminação pelo uso dos agrotóxicos; avanço dos desmatamentos, além do cercamento das águas e das reservas; o que dificulta a vida e violenta principalmente as mulheres e as meninas em seu cotidiano, causando adoecimento físico e mental. Assim como o racismo, cabe destacar o patriarcado e as diversas formas de violência a que as mulheres estão expostas. Cabe refletir sobre a violência sexual que tem impactado a vida de mulheres e meninas nos territórios, uma vez que “a violência sexual não é somente uma expressão de força individual de cada agressor, mas um instrumento sistemático para destruir os elos e fragilizar as comunidades”, conforme assinala Miriam Nobre. Todo o processo de desestruturação tem impacto direto sobre a violência doméstica, embora faltem dados para uma evidência mais direta. Neste abril de 2024 cabe destacar a Paralisação da Reforma Agrária, assim como das políticas de demarcação dos Territórios Indígenas e Quilombolas, e de reconhecimento dos direitos dos povos e comunidades tradicionais do campo, floresta e águas, frente à hegemonia do agronegócio, apesar das contradições desse modelo. Assim, esse abril nos convida a implementar a Lei 10.469/2002 de lutar pela reforma agrária como condição de enfrentamento à violência no campo, à crise climática e à fome, que ainda aflige milhões de pessoas no Brasil e no mundo. Porém, a Reforma Agrária não pode ser assunto de camponeses e movimentos de luta pela terra. É necessário o envolvimento de todas as pessoas que se alimentam de alimentos saudáveis e das que passam fome, das que são impactadas pela crise climática seja pelas enchentes, pelo calor ou pela seca e das que acreditam em construir uma sociedade justa e democrática. Abril nos convida a aprofundar as lutas em defesa de um campo marcado pela paz que não seja dos cemitérios. Cobrando ações governamentais com políticas públicas efetivas, com aprofundamento de pesquisas que ajudem a entender os desafios desse tempo histórico e de aprofundamento do diálogo com a sociedade. ■ ■ ■

Fontes:

CPT. Comissão Pastoral da Terra (CPT) divulga dados parciais de conflitos no campo brasileiro do 1º semestre de 2023. [Veja](#)

Invasão Zero: Quem está por trás da milícia rural que aterroriza indígenas no Sul da Bahia.

Revista Fórum. [Veja](#)

NOBRE, Miriam. Mulheres em defesa do corpo-território-terra por uma vida livre de guerras e violência. Coluna Aromas de Março/ MST, março de 2023.

OBS. Os textos expressam a opinião de seus autores, não necessariamente coincidente com a dos coordenadores do Blog e dos participantes do Fórum Intersindical. A cada reunião ordinária, os textos da Coluna Opinião do mês são debatidos, suscitando divergências e provocando reflexões, na perspectiva de uma arena democrática, criativa e coletiva de encontros de ideias em prol da saúde dos trabalhadores.